

# PORUTGAL NO SÉCULO XIV: PODER E SOCIEDADE

## *Portugal in XIV century: power and society*

Bruno Miranda Zétola\*

FERNANDES, F. R. *Sociedade e poder na baixa idade média portuguesa*. Dos Azevedo aos Vilhena: as famílias da nobreza medieval portuguesa. Curitiba: Editora UFPR, 2003.

Historiadora e professora de História Medieval na Universidade Federal do Paraná, Fátima Regina Fernandes tem, na Baixa Idade Média Portuguesa, seu objeto primordial de estudo. De suas pesquisas originaram-se vários artigos e publicações enfocando, principalmente, as relações régio-nobiliárquicas no Portugal dos séculos XIV e XV. Recentemente, a Editora da UFPR publicou sua tese de doutorado, defendida na Universidade do Porto, com o título *Sociedade e Poder na Baixa Idade Média Portuguesa*. Trata-se de um estudo prosopográfico, resultado de hercúleas pesquisas de cruzamento de dados, que busca traçar a trajetória de algumas insignes linhagens nobiliárquicas de Portugal. Nesse tipo de pesquisa desvela-se o teor das relações régio-nobiliárquicas, tornando-se mais claros tanto o entendimento dessa sociedade como o exercício de poderes monárquicos e nobiliárquicos. É justamente esse o objetivo da autora, que baliza cronologicamente o estudo das relações entre a nobreza laica e a monarquia portuguesa entre os anos 1357 e 1433. Por ser uma época de transição entre a dinastia de Borgonha para a de Avis, esse período é deveras auspicioso para o tipo de análise a que se propõe a autora. Permite verificar qual foi o comportamento nobiliárquico face ao advento de uma nova dinastia. Esse lapso cronológico abrange os dois últimos soberanos da dinastia de Borgonha, D. Pedro I (1357-1367) e D. Fernando (1367-1383), e o primeiro da dinastia de Avis, D. João I (1385-1433). O fato de o reinado de D. Fernando se encontrar no centro da pesquisa é proposital. Por ser o reinado em que termina a dinastia de Borgonha, tal monarca é amiúde visto pela historiografia como um péssimo governante. A autora pretende fazer uma revisão dessa interpretação historiográfica acerca do desempenho político de D. Fernando. Esses dois objetivos, a análise das famílias da nobreza baixo-medieval portuguesa e uma

\* Mestrando em História - Universidade Federal do Paraná

revisão da atuação régia de D. Fernando, são os que norteiam a obra, dividida em quatro capítulos.

Uma vez que as análises das trajetórias nobiliárquicas interessam primordialmente no âmbito das relações entre os nobres e o rei D. Fernando, é com uma sucinta contextualização do reinado desse monarca que se inicia o estudo da autora. Ela demonstra que algumas medidas de cunhos legislativo, administrativo e jurídico foram decretadas por esse soberano, visando incrementar a economia do reino, favorecer os poderes municipais e conter os abusos dos senhores locais. “No entanto, as exigências da alta nobreza serão mais fortes, na medida em que o decisivo apoio das suas hostes permitia alimentar a manutenção da política externa régia” (p. 28). De fato, traçando as linhas gerais da política interna e externa de Portugal, Fátima Regina Fernandes demonstra a importância sóciopolítica que teve a Guerra dos Cem Anos em terras ibéricas. Oscilando entre os dois lados da disputa, D. Fernando buscava apoios externos e internos, com o intuito de garantir a autonomia do reino. A autora traça de forma breve e objetiva as políticas matrimoniais, as guerras, os tratados, o contexto, enfim, em que se desenvolveu o reinado de D. Fernando. A descrição dessa conjuntura histórica no primeiro capítulo do livro é indispensável para um bom entendimento das relações régio-nobiliárquicas no Portugal baixomedieval.

Estas são analisadas no segundo capítulo do livro. Trata-se aqui de uma pesquisa de base prosopográfica, que tem em José Mattoso um de seus grandes especialistas. Porém, ao passo que Mattoso prioriza as análises de grupos familiares, Fátima Regina Fernandes enfatiza trajetórias individuais, demonstrando ser freqüente haver, num mesmo grupo familiar, interesses políticos divergentes. Ao cabo do estudo das trajetórias dos indivíduos de cada família, a autora apresenta tabelas que, privilegiando a relação entre patrimônio e privança, evidenciam as causas dos ganhos ou perdas de determinados bens.

São três, porém, os aspectos primordiais que qualificam a nobreza portuguesa – sangue, fortuna e privança. Dos três elementos, é o último que se destaca. Exemplificando essa assertiva, podemos aludir aos ramos secundários dos Pereira, que findam por subverter a natural ordem linhagística. Nesse caso, “a sublimação dos defeitos de nascimento pela privança régia” – afirma a autora – “resulta não de uma mera ocupação de um espaço deixado pelo ramo primogênito, mas sim de uma posição conquistada pela iniciativa pessoal dos seus representantes” (p. 152). De fato, no conturbado período sóciopolítico que marca a transição dinástica portuguesa, havia grandes oportunidades para que uma nobreza secundogênita atingisse o prestígio que o sangue não ofertava.

A privança não apenas em relação ao rei, mas também à rainha poderia ser capital para determinar a ascensão e declínio de uma ou de outra linhagem. A autora traz à baila o exemplo dos Sousa, uma das famílias “nacionais” de Portugal. O ramo dos Sousa Chichorros, afastado da Rainha Leonor Teles, exila-se em Castela. Já o ramo dos Sousa de Arronches possuía maior aproximação da rainha e, depois da prisão desta, com o Rei João I. Trata-se de uma relação que favoreceu tanto à nova dinastia, ávida por angariar fiéis de estirpe, quanto à linhagem, que estava decadente sob o prisma socioeconômico.

Um exemplo dessa vinculação mais pessoal que estatal é Álvaro Peres de Castro, “homem comedido nos seus partidarismos, que soube sempre fazer a opção correta que mais lhe beneficiava nos momentos de crise, tanto no reino castelhano como no português” (p. 59). Ou o de Martins Vasques da Cunha, que “oscilará de fidelidade em fidelidade: D. Fernando, os Castro, Avis e Trastâmara, no fundo buscando sempre uma ligação forte e lucrativa com a Coroa”. (p. 95). Era o que desejava, ao fim e ao cabo, toda a nobreza portuguesa. E o rei de Castela se mostrava mais capaz de propiciar lucros e ascensão que o mestre de Avis no conturbado derradeiro quartel do século XIV. Alguns, porém, permaneceram fiéis ao próprio reino de Portugal, demonstrando um incipiente nacionalismo. É o caso de Vasco Martins Melo que, declinando da aliança castelhana para que lutasse contra Portugal “aduz, em argumento secundário, ser natural do reino português e, portanto, pouco disposto a dar azo ao início de uma guerra com sua terra natal”. (p. 110). Trata-se de um argumento secundário, segundo Fátima Regina Fernandes, em relação à fidelidade pessoal ao seu rei, o que corrobora a idéia de que as vinculações pessoais se sobrepõem às estatais ou nacionais. Por isso, algumas famílias possuem alianças com Castela e Portugal, ou até mesmo outros reinos. Daí a necessidade de se estudar não as famílias em si, mas as trajetórias dos indivíduos que as compõem.

O terceiro capítulo do livro é composto por quadros sumariais das trajetórias analisadas. São tabelas que trazem informações sobre a origem, as relações de parentesco, as funções e as circunstâncias da morte dos nobres analisados no capítulo precedente. Por sua vez, o último capítulo é dedicado à análise da trajetória de nobres exilados castelhanos, que terão diferentes destinos em Portugal. Ao passo que alguns não conseguem se instalar de forma estável no reino português, outros conseguem se alojar muito próximo ao centro do poder régio. É o caso de Bernaldom de Solla que perece em Aljubarrota, lutando pelo rei português, ou Gomes Garcia de Foios, que será fiel partidário de D. João I. O mais insigne, porém, foi o galego João Fernandes Andeiro,

amante da Rainha Leonor Teles, que assim conseguiu se inserir no cerne do poder. A vitória castelhana sobre Portugal, porém, impõe a aceitação do Tratado de Santarém, em 1373, que ordenava a expulsão dos elementos pró-petristas exilados em Portugal. Nesse sentido, é importante ressaltar que houve duas grandes levas de exilados castelhanos em Portugal, ocasionando períodos de conturbações políticas. Num primeiro momento, exilararam-se nobres secundogênitos, evadindo-se da sanha de Pedro, o Cruel. Posteriormente, há um movimento de deslocamento para Portugal, encabeçado por Fernando de Castro, cunhado de Pedro, o Cruel. Trata-se de um poderoso primogênito castelhano que levou consigo muitos fiéis para Portugal, fugindo da perseguição do rei Trastâmara.

Fátima Regina Fernandes afirma que essa expressiva presença de nobres castelhanos à volta da Corte portuguesa influenciou a política régio-nobiliárquica de D. Fernando. Acusado pelo povo de excessivas liberalidades para com os nobres, D. Fernando deteriora a relação com os poderes municipais. A autora assevera que o momento áureo dessas concessões nobiliárquicas corresponde justamente aos períodos em que se deflagram as guerras de 1369-73 e de 1382-83. Privilegiava-se os nobres em detrimento dos súditos comuns que estão na base da organização municipal e que, ao fim e ao cabo, pagavam a conta das guerras e privilégios nobiliárquicos. “A saída dos pró-petristas em 1373 agrava esse quadro e é o período que coincide com o voltar-se de D. Fernando para a administração interna do seu reino.” (p. 323) Porém, as freqüentes concessões de privilégios excepcionais, de caráter privado, vão se sobrepondo ao direito público, o que finda por minar as bases das iniciativas legais de frear os crescentes abusos de senhores em relação aos Concelhos. Segundo a autora, esse descuramento das relações régio-municipais e exaustivo favorecimento nobiliárquico constituía uma política já anacrônica para a segunda metade do século XIV.

A conseqüência foi uma seva disputa interna entre dois grandes blocos nobiliárquicos pelo poder: os Castro, representados na figura dos infantes, e os Teles, que tinham na rainha seu maior expoente. Com os infantes alijados do poder pelos Teles, e estes submetidos ao Trastâmara, Portugal ficou sem rei e sem projeto concreto de sucessão. O resultado foi uma convulsão interna que colocou o Mestre de Avis, D. João I no poder. Convulsão que, para a autora, permitiu a Portugal “avançar no sentido da modernidade, pelas suas próprias forças”. (p. 325). Modernidade que se refletiria, no século seguinte, na expansão ultramarina.

Por isso mesmo, *Sociedade e Poder na Baixa Idade Média Portuguesa* é uma obra que não se destina apenas ao especialista, mas ao público em geral. As tensões, as angústias e as atitudes dos homens dessa época podem ser acompanhadas por qualquer interessado, que conta com o apoio de um glossário ao cabo do livro. O trabalho, porém, não perde seu rigor científico, tornando-se um importante contributivo ao estudo das relações régio-nobiliárquicas do Portugal Medieval. A autora demonstra quais as estratégias políticas utilizadas pela nobreza portuguesa e castelhana para se alçar no núcleo do poder durante o conturbado período do reinado de D. Fernando. Porém, se essas questões interessam mais diretamente ao medievalista, existe um ponto no livro que concerne a outros objetos de estudo. Trata-se da metodologia utilizada pela autora no tratamento das fontes. Partindo de uma pesquisa de base de cunho prosopográfico, Fátima Fernandes consegue reunir vasto subsídio para analisar com maior acuidade a trajetória de determinado nobre. Metodologia trabalhosa e pouco utilizada pelos historiadores brasileiros, a prosopografia pode, em alguns momentos, ser determinante para a elucidação de certas problemáticas. Assim, o estudo da autora interessa ao medievalista, pelo tratamento das relações régio-nobiliárquicas, ao historiador, pela metodologia empregada, e ao público em geral, ávido por acompanhar a trajetória daqueles homens e mulheres de “carne e osso” que nos precederam.